

ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS

# NA ROTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

(DA FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE  
AO APOGEU IMPERIAL MANUELINO)



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

2008



ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS

**NA ROTA DO IMPÉRIO  
PORTUGUÊS**

**(DA FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE  
AO APOGEU IMPERIAL MANUELINO)**

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

2008



Dissertação de Doutoramento na área de História,  
especialidade de História dos Descobrimentos e da  
Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de  
Letras da Universidade de Coimbra, sob a  
orientação do Professor Doutor João Marinho dos  
Santos.

## **FICHA TÉCNICA**

**Título da Dissertação de Doutoramento:** *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*

**Autor:** Alexandre António da Costa Luís

**Orientador:** Prof. Doutor João Marinho dos Santos

**Instituição:** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Imagem da Capa:** D. Manuel “imperador do mar”. Gravura da *Carta Marina Navigatoria* de Waldseemüller, datada de 1516.

**Arranjo da Capa:** Alexandre António da Costa Luís

**Impressão e Encadernação:** “Folhas Soltas” (Covilhã)

**Data:** Março de 2008

**ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo Primeiro</b>	
<b>O CONCEITO DE IMPÉRIO</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo Segundo</b>	
<b>O MAR, A GUERRA E A INDEPENDÊNCIA PORTUGUESA</b>	
1. PERSCRUTANDO A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE	85
2. O MAR COMO FACTOR DE VIABILIZAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL	101
3. UM REINO FORJADO NA E A PARTIR DA GUERRA	125
<b>Capítulo Terceiro</b>	
<b>A “SELECÇÃO NATURAL” NA PENÍNSULA IBÉRICA E A CRISE NACIONAL DOS FINS DE TREZENTOS</b>	
1. O QUADRO DE “SELECÇÃO NATURAL”	136
2. A POLÍTICA FERNANDINA DE EXPANSÃO CONTINENTAL	143
3. QUANDO “ <i>CASTELLA ERA COMTRA PORTUGALL, E PORTUGALL COMTRA SSI MESMO</i> ”	159
<b>Capítulo Quarto</b>	
<b>O PLANO DE MATERIALIZAÇÃO DE UM DOMÍNIO/ “SENHORIO” REAL NO NORTE DE ÁFRICA</b>	
1. A PAZ DE 1411	176
2. CEUTA, 1415	187
3. O DESPONTAR DO PROTAGONISMO HENRIQUINO	205
4. A IDEOLOGIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA	213

## *NA ROTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS*

### **Capítulo Quinto**

#### **O REINADO DE D. DUARTE E O ALÉM-MAR: ENTRE A POLÍTICA DE CONTINUIDADE E O DESPERTAR DE NOVAS PERSPECTIVAS**

- |                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| 1. VIVER EM ALERTA AMARELO           | 226 |
| 2. O DEBATE INTERNO SOBRE A EXPANSÃO | 235 |
| 3. O DESASTRE DE TÂNGER              | 244 |

### **Capítulo Sexto**

#### **A REGÊNCIA DE D. PEDRO E A IRREVERSIBILIDADE DO EXPANSIONISMO PORTUGUÊS**

- |   |     |
|---|-----|
| 1. O REINICIAR DAS VIAGENS DE EXPLORAÇÃO À COSTA AFRICANA | 253 |
| 2. MANTER CEUTA PARA PRESERVAR A EXPANSÃO                 | 260 |
| 3. DOIS IRMÃOS ASSOCIADOS (D. PEDRO E D. HENRIQUE)        | 264 |

### **Capítulo Sétimo**

#### **A EMERGÊNCIA DO PROCESSO IMPERIAL LUSO DURANTE O REINADO DE D. AFONSO V**

- |   |     |
|---|-----|
| 1. O “ <i>DIVINO AFONSO</i> ”   | 272 |
| 2. A ATRACÇÃO PELO MAR INTERIOR   | 292 |
| 3. NO ENCALÇO DO SONHO IBERO-MEDITERRÂNICO  | 312 |
| 4. O <i>AFRICANO</i> E A EXPANSÃO ATLÂNTICA   | 341 |
| 5. DA ENTREGA DO GOVERNO DA GUINÉ AO PRÍNCIPE D. JOÃO À ASSINATURA DO TRATADO DE ALCÁÇOVAS-TOLEDO | 375 |

### **Capítulo Oitavo**

#### **D. JOÃO II: O MAGNO OBREIRO DO IMPÉRIO AFRO-ATLÂNTICO**

- |  |     |
|--|-----|
| 1. UM PAÍS QUE SE AFIRMA                                       | 396 |
| 2. ESCULPINDO UM IMPÉRIO                                       | 439 |
| 3. A ÚLTIMA GRANDE CONQUISTA JOANINA: O TRATADO DE TORDESILHAS | 486 |



**Capítulo Nono**

**A MUNDIALIZAÇÃO DO IMPÉRIO MANUELINO**

1. D. MANUEL E A CONTINUIDADE DO PROJECTO ÂNCORA DO ORIENTE	495
2. A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA	540
3. UM OLHAR CONCISO SOBRE OUTROS ESPAÇOS DO IMPÉRIO	581
4. O MESSIANISMO MANUELINO	593

**Capítulo Décimo**

**O MODELO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: ALGUNS ASPECTOS E SUA INTERPRETAÇÃO**

1. O IMPÉRIO COMO O RESULTADO DE UM COMPLEXO PROCESSO EXPANSIONISTA	636
2. TRUNFOS DA TECNOESTRUTURA MILITAR PORTUGUESA	642
3. UM IMPÉRIO CRISTÃO, COMERCIAL E AGRÍCOLA	658
4. APONTAMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE UMA FORMAÇÃO IMPERIAL OCEÂNICA	673
5. OUTROS FACTORES DE AFIRMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO IMPÉRIO	709

<b>SÍNTESE (IN)CONCLUSIVA</b>	723
-------------------------------	-----

**FONTES E BIBLIOGRAFIA**

1. FONTES	735
2. ESTUDOS	746

## RESUMO

Sabendo que cada geração tende, habitualmente, a reescrever a história da sua comunidade, prestando particular atenção aos fenómenos estruturadores da identidade nacional, o objectivo fundamental da nossa dissertação centrou-se no estudo da formação do Império Português, revisitando, compreendendo e descrevendo o processo expansionista que lhe deu origem, até ao apogeu do rei de reis D. Manuel.

Como é óbvio, procedeu-se principalmente ao diagnóstico e à explicação da época a partir da qual o referido processo passou a assumir uma essência imperial (esta situação inicia-se ainda durante o reinado de D. Afonso V, inaugurando os primeiros “batimentos cardíacos” do conjunto imperial), institucionalizando o Império (primeiro no recinto afro-atlântico e mais tarde, já no século XVI, no Índico e na costa da Terra da Vera Cruz). Esta construção pluriocênica e pluricontinental apresentou até uma auréola messiânica bastante visível na fase dourada manuelina, período que, como dissemos, serve de término ao presente trabalho.

Por outro lado, visto que a expansão ultramarina não emergiu a partir do nada, optámos igualmente por tentar perceber que tipo de Reino constituía Portugal antes dos Descobrimentos, caracterizando-o preferencialmente ao nível das suas virtudes e fraquezas “existenciais”, recuando inclusive ao tempo da sua emancipação do Império de Leão.

Acrescente-se ainda que a abordagem aqui encetada ao tema da materialização da entidade imperial lusa exigiu, necessariamente, o levantamento e a análise de, pelo menos, alguns dos elementos nucleares (tecnoestrutura militar, informação, língua, entre outros aspectos) que compunham o respectivo modelo de organização hegemónica, conferindo-lhe, por exemplo, lógica e funcionalidade.



## INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, a problemática do domínio imperial tem invadido a agenda reflexiva de vários pensadores. Constata-se até que, actualmente, sobretudo após o desmoronamento do bloco soviético e a ascensão dos Estados Unidos ao estatuto de supremo líder planetário, com o desgaste que tal situação de unipolaridade provoca na economia, sociedade e imagem americanas, o referido assunto tem merecido um especial acompanhamento, mormente por parte de alguns especialistas em geopolítica e em relações internacionais. Em termos mais precisos, no centro das atenções têm estado um eventual processo de declínio da hegemonia imperial ou semi-imperial norte-americana (para muitos, entre os quais o ensaísta Emmanuel Todd, um facto já em curso)<sup>1</sup>, a crescente tendência para a emancipação da Europa, por enquanto uma potência económica real sem igual correspondência nos domínios do político e do militar, a emergência de novos actores de primeira grandeza (China, Índia, Brasil, entre outros) e a recuperação de antigos protagonistas (Rússia). Mas nem todos os estudiosos comungam integralmente destas apreciações, sobretudo no que toca ao primeiro ponto, sublinhando que *“tudo aparenta que o*

---

<sup>1</sup> Cf. Emmanuel Todd, *Após o Império. Ensaio sobre a Decomposição do Sistema Americano*, Lisboa, Edições 70, 2002; Charles A. Kupchan, *The End of the American Era*, Nova Iorque, Knopf, 2002.

*poder dos EUA se encontra em pleno auge*”<sup>2</sup>. Ou seja, alguns pensadores tendem a identificar os tempos presentes como os do apogeu do poderio norte-americano, embora também reconheçam que no espaço de uma geração os Estados Unidos terão possivelmente que enfrentar “*um rival estratégico, sobre a detenção da hegemonia mundial*”<sup>3</sup>. As análises efectuadas apontam normalmente para a China ou a Europa.

Digamos, portanto, que os acontecimentos que ocorreram na cidade de Nova Iorque, em 11 de Setembro de 2001, têm sido interpretados em certos círculos intelectuais e militares como marcos históricos que sinalizam o arranque de uma nova era, denominada por Loureiro dos Santos de “*Idade Imperial*”<sup>4</sup>. Segundo este conhecido general português, os Estados Unidos, na qualidade de potência verdadeiramente global<sup>5</sup>, procuram exercer um domínio de tipo imperial sobre todo o Orbe, pelo que a tão aclamada “*Nova Ordem*” não passa da instauração de um Império. Isto é, o mencionado autor, lembra António Ramalho Eanes, considera que após o 11 de Setembro os Estados Unidos se assumiram, sem qualquer subterfúgio estratégico, como “*o primeiro Império Mundial da História*”<sup>6</sup>.

Claro que importa acautelar, como muito bem refere José Luís Lima Garcia, que “*a ideia de império é, como em todos os conceitos linguísticos, uma estrutura global cuja semântica se tem pautado por uma evolução conjuntural, de acordo com os interesses e o desenvolvimento material das sociedades humanas, ao longo do seu processo histórico*”<sup>7</sup>.

Partilhando da curiosidade de muitos cientistas sociais pelo fenómeno das unidades imperiais e sua respectiva evolução e dado que a investigação histórica pressupõe a meta lógica da elaboração de um trabalho, o qual pode assumir diferentes formatos (lição, conferência, artigo de revista, livro, etc.), decidimos, por

---

<sup>2</sup> Loureiro dos Santos, *A Idade Imperial. A Nova Era. Reflexões sobre Estratégia III*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003, p. 88.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 88.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 87.

<sup>5</sup> Cf. idem, *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio. Reflexões sobre Estratégia II*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001, pp. 73 e ss.; Zbigniew Brzezinski, *El Gran Tablero Mundial. La Supremacia Estadounidense y sus Imperativos Geoestratégicos*, Barcelona, Paidós, 1998, p. 19.

<sup>6</sup> Cf. “Prefácio”, da autoria de António Ramalho Eanes, in Loureiro dos Santos, *A Idade Imperial. A Nova Era. Reflexões sobre Estratégia III*, p. 14.

<sup>7</sup> José Luís Lima Garcia, “Tordesilhas e o Mito de um Império Multissecular”, *Vértice*, n.º 63, Lisboa, Novembro-Dezembro 1994, p. 30.

consequência, levar a cabo a feitura de uma dissertação de doutoramento que abordasse o tema do surgimento do Império Português. Cremos que o seu estudo ajuda realmente a esclarecer a força e a fragilidade das construções imperiais, quer do passado, quer dos dias de hoje. Na verdade, ao longo deste trabalho académico, cujo balanço dos aspectos capitais pode ser achado na síntese (in)conclusiva exposta no final, procurámos desvendar os elementos-chave que viabilizaram o Império Lusitano, um tipo aceitavelmente novo, até desconcertante, de conjunto imperial, desde logo por sobressair como o ponto de partida da famigerada mundialização, donde eclodiu recentemente o alegado Império Mundial Americano. Numa altura em que a maioria dos países viviam enclausurados numa área pouco extensa, a História revela que os Portugueses, graças à criação, à inovação e ao emprego resolutivo de técnicas decisivas (construção naval de vanguarda, navegação à bolina, náutica astronómica, cartografia moderna, arquitectura militar de referência, superioridade de fogo, novos conceitos de geoestratégia...), foram os primeiros a desenhar o esboço de uma potência global, que dispunha de capacidade para intervir e influir de distintas formas (política, bélica, comercial, religiosa...) em dispersos pontos do Planeta, já num quadro verdadeiramente pluriocênico e pluricontinental<sup>8</sup>. Por isso, lograram firmar periferias imperiais a longuíssimas distâncias e manter a sua regular comunicação com a Metrópole. Trata-se, inclusivamente, de uma Nação que contribuiu, como poucas, para o desenvolvimento da superioridade do hemisfério Norte sobre o do Sul, ao lançar os seus tentáculos sobre povos e riquezas austrais.

Portugal foi seguido de perto pela Espanha unificada e centralizada, a única entidade histórica que na era de Quinhentos conseguiu acompanhar nos referidos aspectos, apresentando como principais recursos de poder os metais preciosos<sup>9</sup>, o comércio colonial, os exércitos mercenários, as relações dinásticas, etc<sup>10</sup>. A partir de

---

<sup>8</sup> A relação de Portugal com o arranque do movimento da globalização tem sido abordada por distintos estudiosos. Ainda recentemente Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas publicaram a obra *Portugal: o Pioneiro da Globalização*, V. N. Famalicão, Centro Atlântico, 2007.

<sup>9</sup> Segundo Henry Kamen, “entre 1500 e 1600, mais de 150 000 quilos de ouro e 7,4 milhões de quilos de prata chegaram a Espanha, provenientes da América” (“Vicissitudes de uma Potência Mundial, 1500-1700”, in *História Concisa de Espanha*, coordenação de Raymond Carr, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2004, p. 143).

<sup>10</sup> Cf. Joseph S. Nye, Jr., *Compreender os Conflitos Internacionais: uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, 2002, p. 73.

1580, a associação política dos dois reinos peninsulares veio, no entanto, conceder ao Estado director espanhol a oportunidade de atingir um patamar ainda mais elevado na escala das potências tendencialmente globais.

Sabendo que cada geração tende, habitualmente, a reescrever a história da sua comunidade, prestando particular atenção aos fenómenos estruturadores da identidade nacional, o objectivo fundamental da nossa dissertação centrou-se no estudo da formação do Império Português, revisitando, compreendendo e descrevendo o processo expansionista que lhe deu origem, até ao apogeu do rei de reis D. Manuel. Como é óbvio, procedeu-se principalmente ao diagnóstico e à explicação da época a partir da qual o referido processo passou a assumir uma essência imperial, institucionalizando o Império.

Acrescente-se ainda que a abordagem aqui encetada ao tema da materialização da entidade imperial lusa exigiu, necessariamente, o levantamento e a análise de, pelo menos, alguns dos elementos nucleares que compunham o respectivo modelo de organização hegemónica, conferindo-lhe, por exemplo, lógica e funcionalidade.

Por outro lado, visto que a expansão ultramarina, donde brotou o Império, não emergiu a partir do nada (*ex nihilo*), optámos igualmente por tentar perceber que tipo de Reino constituía Portugal antes dos Descobrimentos, caracterizando-o preferencialmente ao nível das suas virtudes e fraquezas “existenciais”. Achámos então um País que se edificou ao lado de um vizinho (Castela e Leão) cultural e geograficamente parecido consigo. Quer isto dizer que “*Portugal se constitui[u] cortando no homogéneo (pelo menos, semelhante)*”<sup>11</sup>, tendo a via bélica ajudado a esta ruptura. De facto, encontrámos uma unidade política nascida da guerra. Basta olharmos para a dimensão profusamente guerreira dos primeiros reis de Portugal (excepto Afonso II, limitado no manejo das armas por motivos de saúde), recordada, aliás, pelas representações iconográficas, concretamente pelas insígnias régias, como

---

<sup>11</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal: a Emergência de uma Nação (das Raízes a 1480)*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 12.

era o caso da tradição à volta da espada afonsina <sup>12</sup>, sem esquecermos ainda a valorização simbólica do escudo. Realmente, com alguma dose de originalidade, o escudo de D. Afonso Henriques, “*rodeado de uma lenda que lhe atribuía uma origem divina, tornou-se o elemento essencial das armas régias e depois da própria nação portuguesa*”, realça o historiador José Mattoso <sup>13</sup>. A actividade militar contra os inimigos da fé, os Mouros, ajudou, paulatinamente, a esculpir um novo Reino (como mais tarde o próprio Império), concedendo aos governantes portugueses o respeito dos outros reis cristãos que também participavam no movimento da Reconquista e, após algum contratempo, do Papado, instância arbitral de âmbito internacional. O auxílio lusíada contra terceiros foi mesmo solicitado pelos líderes vizinhos, gerando a conclusão de alianças com o rei de Portugal, aos poucos erguido a um plano de igualdade <sup>14</sup>. Com efeito, se é verdade que cada formação política peninsular conduziu o seu próprio processo de Reconquista, agindo com frequência isoladamente e primando pela autarcia, não é menos evidente que, em fases de maior perigo, e apesar de possíveis atritos entre os potentados cristãos, a convergência das forças formou uma realidade. Navas de Tolosa, em 1212, ou Salado, em 1340, entre outras situações, assim o demonstram, destacando-se, por conseguinte, como momentos especiais de validação no exterior da independência dos chefes hispânicos, incluindo o português.

Ciosos de assegurarem a sua soberania e o progresso material do País, os Portugueses investiram necessariamente no mundo marinho, tirando partido, desde os primeiros séculos da nacionalidade, da situação geográfica privilegiada do território, em anfiteatro sobre o mar. Se o português era sem sombra de dúvida um camponês, o seu cariz rural não o impossibilitou de impulsionar várias fontes de rendimento ligadas ao mar, em articulação com as actividades agrícolas e mesteirais.

---

<sup>12</sup> Cf. José Mattoso, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 224 e ss.; Ricardo Luiz Silveira da Costa, *A Guerra na Idade Média. Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*, Rio de Janeiro, Edições Paratodos, 1998, pp. 151 e ss..

<sup>13</sup> “A Realeza de Afonso Henriques”, estudo inserido na colectânea *Fragmentos de uma Composição Medieval*, p. 226.

<sup>14</sup> Cf. José Mattoso, “A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos Séculos XII e XIII”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 37.



Acrescente-se que as medidas de fomento naval tomadas por certos reis da primeira dinastia, fundamentalmente por D. Dinis e D. Fernando, não se destinavam apenas ao comércio marítimo ou ao corso, mas ainda a tornar o mar num instrumento de compensação política perante a tradicional hegemonia castelhana. É claro que esta aposta estratégica beneficiou do facto do Reino Luso vingar a partir dos finais de Duzentos como escala obrigatória do tráfico que ligava os dois focos económicos mais activos e prósperos do Continente Europeu, a Itália e a Flandres, situação que convidava os mercadores estrangeiros e seus governantes a apreciarem a autonomia portuguesa, já que favorecia a liberdade de circulação nas águas atlânticas, cada vez mais ameaçada pela ascensão das esquadras castelhanas.

Achámos, no fundo, um Portugal que tomou gradualmente consciência da sua individualidade, recusando, por consequência, ser engolido pelo fenómeno da “selecção natural” que regulava crescentemente o quadro das relações entre os reinos da Península Ibérica, sobretudo a partir do século XIV, quando os Estados passaram a avançar com maior ritmo no caminho da centralização, dotando-se de melhores níveis de organização e de mais amplos meios, condições essenciais para o prolongamento das operações militares. A crise nacional do ocaso de Trezentos e começos de Quatrocentos, além da sua dura faceta demográfica, económica e social, fruto da Longa Depressão, espelha precisamente a vontade de grande parte do grémio lusíada em conservar a independência, reunindo-se em torno de uma nova e enérgica dinastia.

Alçado rei, no termo de um movimento revolucionário e sem precedentes entre nós, D. João I teve de enfrentar um conjunto de desafios, em nome de variados objectivos, alguns de ordem estrutural, com destaque justamente para a sobrevivência política do Reino. Inviabilizada a participação portuguesa na Reconquista de Granada como solução para os problemas que iam sendo inventariados, a fórmula escolhida consistiu então em crescer no Além-Mar, especialmente para contrabalançar o poder territorial de Castela e alcançar outras metas que estabelecessem o bem-estar da população, particularmente das elites. Assim, largo quinhão do nosso estudo esteve dirigido para a abordagem, a contextualização e a explicação das origens, dos rumos e das etapas da expansão

ultramarina lusa. Neste exercício foram analisados múltiplos elementos, de entre os quais sublinhamos as políticas expansionistas, as forças sociais (grupos sociais, partidos, etc.), os ideais, os fins e os recursos em presença na sociedade. Constituem, pois, peças importantes para a compreensão das transformações de estatuto que o País conheceu na aurora da Época Moderna, passando do Portugal-Reino, cercado pelo mar e por Castela, conforme alude Zurara, e espécie de monarquia bastarda, na óptica de Afonso de Cartagena, para o Portugal-Império.

Mas, para chegar aqui, foi porque as nossas pesquisas e reflexões captaram a edificação de um “ente” imperial (com cabeça, membros, veias...), obra de um Portugal que se movia, progressivamente, como um Estado-Nação (com um território, uma memória histórica, uma mitologia agregadora, entre outros aspectos), consolidado pela expansão. Naturalmente que na Europa daquela época, concretamente até à centúria de Setecentos, o projecto nacional era, digamos assim, algo implícito na acção régia, reflectindo, de certa maneira, o direito divino dos reis. Por outros termos, o projecto “Estado-Nação” era o projecto da casa reinante, algo que se explicitava através dos desígnios do monarca, uma vez que só após as revoluções liberais se tornou possível transferir a soberania dos reis para os cidadãos, os quais, por seu turno, a delegavam nos seus representantes, fazendo soar a hora da ideia moderna de Nação.

Olhando sumariamente para o movimento expansionista luso no Além-Mar, descobre-se que o mesmo arrancou, a título oficial, com a tomada de Ceuta, na prática o primeiro passo para a constituição de um senhorio real no Norte de África. Subsequentemente, sem apresentar um sentido unidireccional, registou outras etapas que o fizeram amadurecer, a ponto de estabelecer aquilo que designamos por “processo imperial” protagonizado, no essencial, pela Coroa, cuja descolagem sucede já durante o reinado de D. Afonso V (assistimos aos primeiros batimentos cardíacos do Império). Os marcos mais decisivos deste processo imperial integram, no entanto, o período dos governos de D. João II e D. Manuel I, até sensivelmente 1515 (morte de Afonso de Albuquerque), isto se tivermos em conta que o Império Português passou desde então a figurar como uma realidade incontornável e influente na cena internacional.

Opinamos também que o fenómeno imperial luso expõe nessa altura um certo cunho “revolucionário”, que provém, basicamente, da conjugação de diversos factores, ilustrando apreciáveis mudanças e perturbações. Sobretudo graças às técnicas capitais enunciadas atrás, pilares de um novo tipo de potência, adiante-se a velocidade apreciável com que se construiu a unidade imperial portuguesa no Atlântico africano e no Índico. Destaque-se ainda o facto de se ter fabricado um Império que, fruto da sua composição marcadamente aquática e da sua alta descontinuidade e dispersão terrestres, aspectos rubricados numa dimensão espacial até então nunca vista, apresentava certas diferenças de arquitectura organizacional e funcional em relação às antigas criações imperiais europeias.

Percebe-se, no fundo, que Portugal concretizava a imperialização de uma forma relativamente singular, sobressaindo agora o controlo de gigantescas superfícies oceânicas (Atlântico, Índico, Pacífico), particularmente dos seus principais corredores de comunicação e das suas mais valiosas bases estratégicas, e não já tanto o domínio de espaços continentais concentrados (veja-se o caso do Império Carolíngio) ou de mares interiores (retenha-se o exemplo do Império Veneziano). Materializava-se, assim, uma geografia de potência imperial distinta das que haviam triunfado outrora. Sem que desaparecesse a concepção estruturada em pirâmide dos impérios, vulgarmente expressa pela fórmula do imperador como “*rei de reis*”, conforme a tradição oriental que o texto bíblico guarda, os Portugueses alimentavam, graças ao arsenal das novas técnicas de que dispunham, muitas destas fomentadoras da descompartimentação do cosmos, o florescimento de uma percepção de império que destacava real e crescentemente a projecção espacial de alcance quase planetário, onde o mar ocupava a maior fatia. Na realidade, expunha-se que o domínio do Mundo ficaria nas mãos de quem controlasse as rotas comerciais, a partir daí, predominantemente aquáticas. Os traços inovadores do amplo recinto imperial lusíada suscitavam, desde logo, o empenho na manutenção da superioridade militar naval, princípio que se tornará a regra capital para os hegemonismos seguintes, o incremento do pragmatismo no que toca ao emprego dos expedientes político-administrativos e a aposta num discurso jurídico que legitimasse os direitos portugueses ante os outros, incluindo os competidores europeus. Neste

aspecto, sublinhe-se que a Coroa de Portugal não se limitava a lutar pela conservação do património ultramarino composto pelos territórios realmente dominados; na verdade, também trabalhava para salvaguardar o interesse nacional sobre as áreas de potencial sujeição definidas pelos tratados e pelas bulas.

Como reflexo do processo imperial, frise-se ainda as manifestações de discordância que irromperam contra algumas iniciativas políticas movidas por D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, que proporcionavam ou representavam a materialização de um Império comandado pela Coroa e com limites impostos à acção dos privados. As fontes dão conta das críticas ao contrato firmado com Fernão Gomes; da censura à instauração de monopólios realengos; da intenção de se minar o relacionamento entre o *Africano* e o príncipe; da desaprovação em matéria de instalação do castelo de São Jorge da Mina; da resistência ao plano da Graciosa; da inviabilização da montagem de um forte na foz do Senegal, através do assassinio de João Bemoim; do repúdio à criação de uma ligação marítima à Índia; da resistência ao dirigismo de Afonso de Albuquerque, etc.

Por fim, a culminar o carácter extraordinário da ascensão imperial portuguesa, saliente-se o atrevimento da dinastia de Avis, particularmente de D. Manuel, em perseguir o desígnio da feitura do Império Messiânico e Universal, contrariando não só o desdém sentido a respeito por importantes sectores da nobreza doméstica, mas também o protagonismo tradicional de outras candidaturas externas.

O tempo do *Africano*, correntemente descrito como um período preso ao medievalismo da cruzada e da cavalaria e sem factos de grande significado, representa, na nossa perspectiva, o da estreia do Império Português. Com efeito, opinamos que vários factores ajudaram directa ou indirectamente a fixar um quadro histórico que favoreceu a sua concepção. Consideramos até que alguns destes factores devem ter inspirado o relato de Rui de Pina, pois o cronista faz alusão à “*memoria das Reas virtudes e feytos Ymperiaaes do Muy glorioso Rey Dom Affonso o quynto*”<sup>15</sup>. Destaquemos para já os seguintes marcos, que ilustram, a bem dizer, uma política de progressão em todas as direcções: a aposta na constituição de

---

<sup>15</sup> Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza...*, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790, p. 201.

alianças matrimoniais com algumas das mais prestigiosas casas reinantes da Europa, com destaque para os Habsburgos, orientação régia que deve ter ajudado, pelo menos a médio prazo, ao fomento da ideologia imperial portuguesa; o desmembramento do senhorio marítimo henriquino, após 1460, uma vez que o monarca opta por não entregar ao herdeiro do *Navegador*, o infante D. Fernando, o usufruto da costa ocidental de África; o alastramento da administração régia à Guiné; a transferência da feitoria de Lagos para Lisboa (nova capital da empresa africana); a conquista ou ocupação de novos presídios no Norte de África; a Paz assinada com Mulei Xeque, ferramenta diplomática que permite a D. Afonso V receber ainda o território situado no termo das cidades de Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila (“*per contrato escrito tomaram concordia sobre os termos e lugares, que a hum e a outro ficariam, de que arrecadassem suas pareas e tributos*”, explica Rui de Pina <sup>16</sup>); os Mouros de Safim, em data que se ignora, tornam-se súbditos de Portugal; depois do desaparecimento do duque de Viseu, as praças marroquinas ficam a ser geridas pelos capitães na directa dependência da Coroa; o soberano altera o título de “*senhor de Ceuta*” para o de “*rei do Algarve Dalém-Mar em África*” (reforça, pois, a ideia de que detém possessões em dois continentes), revelando assim a intenção de prosseguir as conquistas para o sul; avança-se na colonização de Cabo Verde e acelera-se o povoamento de outros palcos insulares (por exemplo, os Açores após 1474); ocorre o achamento da rica região da Mina; independentemente da facção interna de índole liberalizante, dá-se o lançamento dos monopólios régios, os quais conferem outra disponibilidade financeira à expansão; D. Afonso V emerge como senhor do “*mar Oucianno*”, através dos privilégios pontifícios obtidos e das negociações firmadas com Castela; surgem indícios do interesse em que seja definido um caminho marítimo para a Índia; cresce o exotismo na Metrópole; reflectindo uma “*performance*” associada normalmente à figura do imperador do Ocidente, o *Africano* aparece retratado como o campeão da defesa da Igreja e da Fé, fruto das suas campanhas norte-africanas e da resposta afirmativa à cruzada anti-turca (a apreciação feita ao currículo militar afonsino na *Oratio* de Garcia de Meneses aponta nesse sentido); o monarca português é também apresentado como o responsável pela

---

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, cap. CLXVI, p. 530.

entrega ao nome cristão de “*novos reinos*”, palavras usadas por Vasco Fernandes de Lucena numa *Oração de Obediência* dirigida a Inocêncio VIII e que, no fundo, nos convidam a perspectivar D. Afonso V como um rei de reis <sup>17</sup>; tenta-se subjugar Castela e afirmar a supremacia lusa na Península Ibérica.

Não obstante, parece-nos que o momento que pode ser encarado como aquele que melhor corresponde ao pulsar inaugural do Império Lusitano data de meados da década de 70 do século XV, quando a governação passa a ser exercida, em nítida parceria, por D. Afonso V e pelo filho D. João, que assume o comando da Guiné. Não estamos sozinhos neste modo de pensar. Afinal, como menciona o conceituado historiador Pierre Chaunu, “*a partir de 1474, a descoberta e sua exploração são integralmente colocadas sob o controle direto da Coroa portuguesa*” <sup>18</sup>, realidade que contraria claramente os interesses privados que tentavam fazer do Atlântico Meridional um espaço de liberdade económica e as ambições de concorrentes externos sobre a Guiné. Com efeito, desde então a Coroa avança a ritmo cada vez mais acelerado na imposição do seu domínio sobre um recinto territorial crescentemente importante e na valorização da tecnoestrutura naval-bélica. Certamente por isso, Pierre Chaunu conclui que “*1474 assinala, pois, se se quer, o ponto de partida do Império português*” <sup>19</sup>. Se até aí a monarquia lusíada procurara acautelar os seus direitos de soberania sobre o teatro do Atlântico sem, *grosso modo*, gastar com esse objectivo as energias do Estado, agora investe-as com determinação na defesa e organização da sua zona de influência contra a intromissão ilícita de particulares e estrangeiros. Na verdade, é como se o rei e o seu herdeiro tentassem demonstrar que não reconheciam superior nas coisas temporais, reinando, portanto, com poder imperial sobre o mar. Assim, já depois de confirmada a derrota castelhana nas águas atlânticas, no quadro da guerra de 1475-1479, a carta régia de 6 de Abril de 1480 faz alusão às “*marquas e termos*” que as tripulações das outras nações não

---

<sup>17</sup> In A. Fontoura da Costa, *As Portas da Índia em 1484*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1936, p. 77.

<sup>18</sup> Pierre Chaunu, *Conquista e Exploração dos Novos Mundos (Século XVI)*, São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p. 239.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 239.

podiam ultrapassar<sup>20</sup>. Por seu turno, através da carta régia de 4 de Maio de 1481, que confirma doações anteriores, torna-se possível constatar que D. Afonso V é, ao lado do filho, um adepto do alargamento do raio de acção da “*Guerra*”, da “*Justiça*” e da “*Fazenda*”, funções exercidas habitualmente pelos reis, até à distante periferia da costa ocidental africana, de modo a expandir a sua defesa, controlo e aproveitamento económico<sup>21</sup>. As mencionadas três linhas de força são assim erguidas a sustentáculos práticos do *mare clausum*, em volta do qual gira a nascente entidade imperial quatrocentista<sup>22</sup>; aliás, acabarão por preparar o terreno de outros três conceitos operativos, “*Conquista*”, “*Navegação*” e “*Comércio*”, em boa parte pilares quinhentistas da instalação do Império no Oriente. Escusado será dizer que estas seis coordenadas estratégicas, às quais se deve adicionar a missionaçã, forneceram coerência ao crescimento imperial português.

Todavia, atendendo à obra feita enquanto príncipe, mas sobretudo depois de 1481 como rei, em que despendeu apreciável esforço de centralização, isto no sentido de institucionalizar e estender por todo o território pátrio e por todo o povo o poder político, em que procurou, com uma determinação até aí nunca vista, dotar o País das forças e estruturas necessárias aos numerosos empreendimentos externos e em que levou a política expansionista nacional a alargar profundamente os seus horizontes geográficos, africanizando-se de modo particular, torna-se óbvio que o Império Português, na fase inicial da sua encarnação no recinto afro-atlântico (não se impõe no Mediterrâneo, apesar da atracção sentida pela elite dirigente), teve em D. João II o seu grande fundador, ocupando o *Africano* o lugar de co-fundador, dado que a acção do *Pelicano* é-lhe umbilicamente devedora.

---

<sup>20</sup> In *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, doc. 115, p. 253.

<sup>21</sup> *Ibidem*, doc. 128, p. 272.

<sup>22</sup> Esta matéria suscitou igualmente a curiosidade de Aurélio de Oliveira (cf. “Destinos do Império: da Construção ao Apogeu e à Decadência”, in *Janus 99-2000. Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, p. 60; idem, *Nos Caminhos do Atlântico (1400-1500)*, Braga, 1999, pp. 97-99). Num passado um pouco mais distante, também Damião Peres conferiu alguma relevância à análise da “*Guerra*”, “*Justiça*” e “*Fazenda*”, três aspectos assumidos pela manutenção do exclusivo luso no Atlântico (cf. *História dos Descobrimtos Portugueses*, 3.<sup>a</sup> ed., Porto, Vertente, 1983, p. 119).

## NA ROTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Anos depois, já com o *Felicíssimo* no trono, a construção imperial portuguesa foi rapidamente aumentada com o Estado da Índia e algumas parcelas do Brasil litorâneo, domínios nascidos em redor da Rota do Cabo, espécie de espinha dorsal do Império.

Devemos precisar que o salto político e económico de Portugal no concerto das nações era tão vivo que D. Manuel (e até já antes D. João II, mas de forma menos amadurecida, cremos nós) ostentava o sonho messiânico da instauração de uma entidade imperial cósmica, favorável à planetarização do credo cristão, até porque acreditava que a sua política de casamento com as filhas dos *Reis Católicos* possibilitaria a união luso-espanhola e do Mundo dividido pelo Tratado de Tordesilhas. Ainda maniatado ao espírito cruzadístico, a mitos como o Preste João, aos desejos milenaristas de triunfo final das forças do bem sobre as do mal, de fartura e de paraíso terreal, isto é, a antigas aspirações da Cristandade, não surpreende que o *Venturoso* pretendesse obter a paz entre os chefes cristãos, recuperar a Terra Santa e destruir o bloco muçulmano. No fundo, embora apresentasse alguns traços modernos, particularmente em termos de planeamento e de coordenação conduzidos pela Coroa, de intervenção quase global em diferentes continentes e mares, a ideia imperial manuelina constituía, em larga medida, uma síntese de certas concepções cada vez mais obsoletas.

Internamente, foi D. João III que, após um exame aprofundado à saúde do conjunto imperial português e à evolução da realidade internacional, rompeu com esse género de activismo profusamente medieval, esbatendo de forma concomitante o lado místico do processo expansionista luso. O abandono de algumas praças em Marrocos comprova essa mudança de postura, ficando a cadeia de posições portuguesas reduzida a três núcleos: Ceuta, Tânger e Mazagão<sup>23</sup>. Face ao forte movimento guerreiro dos xarifes, importava poupar homens e armas, bem como evitar que o Reino visse o seu alto prestígio cair por terra pela perda militar de uma série de cidades. É sabido que qualquer cenário de derrota prejudicaria a consistência

---

<sup>23</sup> Acerca da evolução da política joanina no palco de Marrocos, cf., pelo menos, Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou Permanência?*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.



do corpo imperial, pela imagem de decadência que geraria. Com o *Piedoso*, o Império adquiria um sentido mais nacional, em virtude não só da relativa retracção do desígnio católico da Cruzada como também do clima, por vezes desastroso, de redobrada competição entre as principais nações cristãs. Os tempos eram outros, dado que crescia vigorosamente o egoísmo dos Estados modernos. Para mais, a Europa Ocidental estava dividida em duas, fruto da convulsão religiosa reformista. O velho cruzadismo deixara então de contar com uma Cristandade una, o que abalava substancialmente a sua razão de ser. Além disso, os Portugueses iam contactando de perto ou tomando conhecimento de outras grandes construções políticas que, pelo seu elevado poderio, só faziam esmorecer a convicção na viabilidade imediata da feitura do Império Cristão Mundial. A propósito da execução deste objectivo, ressalve-se que as esperanças católicas incidiam muito mais no imperador Carlos V do que no soberano lusitano. Enfim, numa altura em que a conjuntura internacional sofria alterações avultadas nos mais diversos domínios, tendiam a ficar para trás algumas das mais caras aspirações dos antecessores de D. João III, dando, portanto, espaço a um novo período na vida do Império Português, o que explica o limite a jusante deste trabalho (final do reinado de D. Manuel).

Para a compreensão do “milagre” da edificação do Império Lusitano, resolvemos estabelecer uma ponte de ligação entre uma historiografia mais economicista, logo materialista, e outra em que o elemento espiritual (cultura, religião e mentalidades) está fortemente presente. Com efeito, a natureza humana, ou seja, a sua unidade ontológica e global comporta estas duas facetas e entre elas existe, indubitavelmente, uma indissociável interdeterminação. O próprio cariz universalista do Português radica historicamente na sua acção quer no mundo físico quer no mundo moral. Precisando um pouco melhor a roupagem do presente estudo, saliente-se que apresenta, em termos genéricos, uma especial apetência pela história das ideias, como também denota, sobretudo nos campos de exploração do tempo curto, uma nítida atracção pela história política. Esta sucinta descrição não esconde, todavia, o esforço executado em torno da articulação dos factores políticos e ideológicos com os sociais e económicos, mormente os fulcrais, no intuito de fornecer uma visão suficientemente inteligível e harmoniosa da própria realidade.

Ressalvemos, contudo, que os itens seleccionados para servirem de base ao nosso texto explicativo são, necessariamente, apenas uma parte do todo histórico. Ou seja, o trabalho que agora apresentamos à consideração do júri académico e dos restantes leitores não enferma, como é evidente, da estulta pretensão de estudar a formação imperial portuguesa no conjunto dos seus aspectos, incluindo todos os pormenores que se referem ao seu processo de eclosão. Anima-nos forçosamente uma intenção muito mais modesta, desde logo porque estamos conscientes das nossas limitações de espírito como sujeitos do conhecimento e mesmo da nossa insuficiência técnica para captarmos na totalidade a alta complexidade do(s) objecto(s) em análise. De resto, devido a diferenciadas barreiras, a história-conhecimento nunca corresponde plenamente à história-realidade. Portanto, embora tocando alguns dos pontos mais relevantes, este trabalho de síntese faculta, sem surpresa, uma visão incompleta sobre a construção do Império Oceânico Lusíada, ao deixar de lado muitos detalhes que até teria sido interessante abordar. Assim sendo, o leitor mais atento discernirá nesta obra um leque diversificado de lacunas e de restrições. Não obstante, damos por bem empregue o labor científico despendido nos últimos anos, em parte porque temos sido invadidos pela esperança de que algumas das posições adoptadas e das hipóteses levantadas se tornarão pistas para futuras investigações. No entanto, sabemos, de antemão, que uma coisa é a esfera do desejo, outra, bem diferente, é a esfera da realidade.

No que diz respeito à metodologia, boa parte do labor científico assentou em orientações empíricas adaptadas aos desafios do momento e na combinação de um conjunto de processos e instrumentos consagrados pelo saber histórico. Além disso, privilegiámos a problemática a esclarecer, não através do recurso a alinhamentos intelectuais de pendor “imperialista” e exclusivo<sup>24</sup>, que se julgam na posse da fórmula mágica que explica os enigmas do Universo, mas cultivando a interdisciplinaridade científica e metodológica sem fronteiras e a abertura constante ao ponto de vista alheio, posturas indispensáveis ao enriquecimento teórico e prático da tese agora exposta. Nesta nossa tentativa de aproximação à realidade, refira-se que

---

<sup>24</sup> A propósito das tentativas de “imperialismo” científico, cf., José M. Amado Mendes, *A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 20.

o método analítico desempenhou, ao lado de outros, como o dedutivo-indutivo e até, por vezes, o comparativo, um papel relevante.

Durante este trabalho, conseguimos reunir um vasto manancial de fontes e de estudos, com vista a traçarmos com segurança a rota que nos devia conduzir até ao Império Luso e às suas primogénitas pretensões de hegemonismo mundial. As atenções estiveram fundamentalmente centradas não só na leitura cuidada de obras especializadas, mas também no recurso directo e na medida do possível exaustivo (não oblíquo) às fontes, executando, para todos os efeitos, uma importante actividade de pesquisa em arquivos e bibliotecas nacionais. De entre a variedade de fontes manuseadas, importa destacar as seguintes: fontes narrativas (historiografia cronística e ultramarina, crónicas biográficas e panegíricas, relações), diplomáticas (por exemplo, diplomas régios, bulas pontifícias, etc.), testemunhos de visitantes, documentos diversos (correspondência oficial, correspondência particular, testamentos, apontamentos, entre outros), obras técnicas (roteiros, tratados cosmográficos e náuticos...), fontes não escritas, tais como as cartográficas (sublinhe-se como expressão do emergente Império Lusíada o planisfério dito “*de Cantino*”, uma das obras-primas da cartografia nacional e da consciência de mundialização, já que representa em 1502 o recém alastramento, que desde então se procurou que fosse sistemático, do poderio naval luso ao Índico e o arranque do controlo da costa brasileira; isto é, denuncia magistralmente a primeira potência que passou a actuar em dois oceanos e quatro massas continentais), as iconográficas, as obras culturais museológicas (folheando, sobretudo, certas colecções editadas). É claro que a complexidade do tema, que nos obrigou, aliás, a peregrinar por uma dimensão temporal assinalável, justifica diversas falhas ou lapsos nos materiais consultados.

Optámos ainda por levar a cabo um conjunto de projectos preparatórios que implicaram cortes momentâneos no espaço temporal em que o tema da tese se encontra balizado. Tais exercícios de análise foram posteriormente publicados em revistas da região onde está implantada a Universidade da Beira Interior, instituição na qual temos o privilégio de leccionar. Embora sujeitando-as a determinadas revisões e reformulações, decidimos também tirar partido de algumas partes da nossa

dissertação de mestrado, intitulada *O Processo Expansionista Português (da Crise Nacional Trecentista ao Império Messiânico Manuelino)*.

Na elaboração do estudo que se segue ficou igualmente decidido que seria positivo apostarmos numa rede de exposição das matérias caracterizada, no essencial, pela sua simplicidade organizativa, sem, com isso, lesarmos a capacidade de sistematização. Redigiram-se dez capítulos, a maioria distribuída por reinados, o que, de certa forma, se enquadra na actual tendência historiográfica de valorizar novamente a produção de obras direccionadas para o estudo dos monarcas nacionais e da sua época (basta recordar a colecção *Reis de Portugal* recentemente lançada pelo Círculo de Leitores). Refira-se ainda que os capítulos do presente trabalho foram quase todos divididos por pontos temáticos, uns mais nucleares do que outros. O primeiro capítulo destinou-se à missão de justificar largo quinhão da conceptualização manuseada pelo autor destas linhas, uma vez que prolifera no campo das Ciências Sociais e Humanas um manancial de significações e, sobretudo, de usos do termo “império” que complexificam a abordagem do tema. Os oito capítulos seguintes intentaram traçar o percurso vivido por Portugal, designadamente desde que este iniciou a sua demarcação territorial em oposição ao Império de Leão até à sua afirmação como Império expressivamente mundializado. O último voltou-se para a caracterização/interpretação parcial do modelo corporizado por esse mesmo Império. Obviamente que não é difícil perceber que cada um dos capítulos poderia muito bem ser transformado, através do incremento da abordagem vertical, numa tese de doutoramento e, por consequência, proporcionar uma visão bastante mais profunda do que aquela que aqui é projectada.

Queremos, ademais, realçar que, para a apresentação desta tese de doutoramento, optámos por não incluir qualquer apêndice documental. Em contrapartida, procurámos introduzir sistematicamente no nosso discurso, na condição de peças probatórias da nossa construção histórica, numerosos excertos (alguns até de dimensão um pouco extensa), mantendo, todavia, a pontuação e a ortografia originais dos textos lidos. Adverte-se, da mesma forma, que nas notas infrapaginais, nas referências bibliográficas, na lista das fontes e em outros contextos tentámos evitar o uso de siglas e abreviaturas.

## *NA ROTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS*

Não poderíamos submeter ao juízo crítico da Escola em que nos formámos, por sinal com incomensurável satisfação, este longo e complexo trabalho sem que fosse expressa uma palavra de apreço e gratidão às pessoas que, por variadíssimas razões, nos ajudaram amigavelmente a concretizar tamanha empresa e, conseqüentemente, a ultrapassar os momentos de maior desânimo (recorrentes problemas de saúde, a leccionação solitária de disciplinas envolvendo, todas juntas, mais de 500 alunos num semestre, as dificuldades em vencer o peso negativo da interioridade do País no acesso à informação, entre outras situações).

O nosso reconhecimento vai, em primeiro lugar, para o Senhor Professor Doutor João Marinho dos Santos, estimado orientador, mestre e mentor de longa data, por todos os valiosos ensinamentos que nos facultou, bem como pelo permanente incentivo que foi verbalizando durante estes últimos anos de febril labor académico. Agradecemos-lhe, com fervorosa admiração, o saber magistralmente partilhado, a confiança depositada no nosso trabalho e a incontestável amizade manifestada em todos os momentos cruciais desta caminhada que nos propusemos fazer. Não esquecemos ainda a porta aberta pelo Professor Marinho dos Santos à nossa colaboração com o conceituado Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Queremos também deixar o nosso testemunho de sentida gratidão ao Senhor Professor Doutor José Manuel Azevedo e Silva, outro prezado mestre e amigo que, à semelhança do Professor João Marinho, tem constituído, no banco de dados da nossa memória, um nobre exemplo de professor, investigador e cidadão respeitável. Os seus assíduos e inestimáveis conselhos enriqueceram profundamente o nosso trabalho.

O sentimento de dívida é extensível a vários outros digníssimos Professores e igualmente amigos da Faculdade de Letras de Coimbra, por quem nutrimos uma profunda estima. Por serem muitos, pareceu-nos mais sensato não os nomearmos a todos, na certeza, porém, de que saberão para quem se destina esta mensagem de apreço. O nosso afecto estende-se ainda ao Professor Doutor Luís Filipe F. R. Thomaz, da Universidade Nova de Lisboa, pelas valiosas sugestões feitas aquando

## *NA ROTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS*

da discussão em provas públicas da dissertação de mestrado, com vista ao desenvolvimento de futuras linhas de investigação.

Gostaríamos de dirigir uma palavra de especial agradecimento ao Instituto de História da Expansão Ultramarina da Universidade de Coimbra, na pessoa da D. Conceição França, pela incansável colaboração no âmbito da recolha bibliográfica, sem olvidarmos o carinho, poder-se-á dizer quase maternal, dedicado ao autor destas linhas. O sentimento de bem-haja é alargado a todos os outros Institutos, Bibliotecas e respectivos funcionários (Dr.<sup>a</sup> Zulmira, D. Luísa e muitos outros nomes), pelo empenho manifestado aquando da reunião do material requerido. O seu diligente auxílio favoreceu nitidamente a execução deste projecto.

À Universidade da Beira Interior, nas pessoas do Presidente da Faculdade de Artes e Letras, Senhor Professor Doutor António Fidalgo, e do Presidente do Departamento de Letras, Senhor Professor Doutor António dos Santos Pereira, temos de saudar as palavras calorosas de incentivo e a redução de serviço que nos concederam durante o segundo semestre do ano lectivo de 2006/2007. Agradecemos ainda a confiança depositada no exercício da função de docente, na mencionada Instituição, fornecendo-nos a oportunidade, francamente enriquecedora, de leccionar variadas disciplinas: História da Expansão Portuguesa, História Moderna, História Contemporânea, História do Século XX, História Económica, História da Cultura Ocidental, História da Cultura Clássica, entre outras. É-nos também muito grato agradecer aqui os incisivos conselhos que nos foram gentilmente concedidos pelo ilustre amigo Senhor Professor Doutor João Malaca Casteleiro, bem como o apoio técnico fornecido, sempre que requerido, pelo Senhor Rui Garcia.

Ao Dr. António Jorge André Baltazar, colega de profissão e irmão afectivo, confessamos o nosso mais sincero obrigado pela análise de alguns excertos da dissertação, o que, no entanto, não o responsabiliza por eventuais limitações e deficiências contidas neste trabalho (assumimos integralmente tal responsabilidade).

Para os nossos estimados alunos vai uma palavra de profunda simpatia, porque sempre nos incentivaram a prosseguir o presente labor e revelaram todo o respeito para nos ouvirem.

## *NA ROTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS*

E as últimas, porém não menos sentidas, palavras de apreço e carinho são dirigidas particularmente aos membros da família mais próxima (cujo exemplo de vida ilustra, sem dúvida, o que há de melhor na natureza humana): aos nossos adoráveis Pais, Afonso e Maria José, por terem investido todas as suas energias na nossa pessoa, proporcionando, entre outros elementos, grande parte do suporte psicológico necessário ao desenvolvimento desta exigente carreira; à nossa Mulher e colega de Departamento, Carla Sofia, agradecemos infinitamente a alta disponibilidade, paciência e ternura que sempre manifestou no acompanhamento da evolução desta dissertação, participando activamente em inúmeras tarefas, como, por exemplo, na leitura integral do texto elaborado. Nada na nossa vida teria sido possível sem o vosso muito amor e ajuda incondicionais.

Covilhã / Março / 2008

Alexandre António da Costa Luís